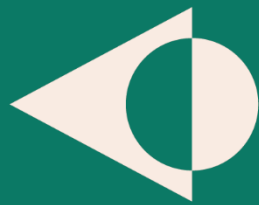


Ausência de políticas
públicas e seus
impactos na
sociedade



gabinete
paralelo
SP

EDUCAÇÃO

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	3
INTRODUÇÃO	4
PROPOSTAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA	7
PROPOSTAS PARA DEPOIS DA PANDEMIA	8

SUMÁRIO EXECUTIVO

- A gestão Bruno Covas preferiu dar ouvidos a institutos, fundações e consultorias empresariais ao invés de aplicar medidas de retorno às aulas presenciais apenas quando tivermos ambiente seguro para toda a comunidade escolar;
- A prefeitura tem sido utilizada para “fazer caixa” em vez de ampliar investimentos para viabilizar a saúde e proteção de toda a população, conforme levantamento feito pela Câmara Municipal;
- O acesso à Internet se comprovou essencial para a cidadania, todas as estudantes e todos os estudantes devem ter acesso a uma unidade computacional com acesso à Internet de banda larga;
- É fundamental enfrentar a exclusão e desigualdades aprofundadas na pandemia. Defendemos que o cartão merenda, com um valor mais alto, seja, de fato, para o conjunto dos estudantes da rede municipal e que nenhum profissional e trabalhador da prefeitura de São Paulo tenha salários reduzidos ou perca seu emprego.
- As escolas municipais retomaram o ensino presencial no pior momento da pandemia e sem segurança sanitária. Inclusive, há a constatação que os principais problemas na rede municipal de educação não foram resolvidos: recomposição de trabalhadoras da limpeza, quadro de apoio, docente e gestores nas unidades; ausência de medidas de adequação dos prédios escolares, sobretudo para melhorar a ventilação;
- De acordo com a APEOESP até o dia 23/03/2021, temos 2314 casos confirmados e morte de 51 pessoas, entre professores, funcionários e alunos, além disso, temos 24.345 casos suspeitos na rede estadual. Já as escolas municipais da cidade de São Paulo tiveram três mortes por covid-19 e 569 casos confirmados entre alunos e profissionais em 256 unidades de ensino, segundo levantamento dos cinco sindicatos que organizam os trabalhadores da educação municipal até o último dia 05/03/21, para piorar a crise, os dados são desatualizados, porque nem a Prefeitura e nem o Estado os atualizam;
- Diante do cenário trágico, trazemos propostas no contexto da pandemia e propostas a serem implementadas quando os números de mortes e contaminados forem reduzidos.

INTRODUÇÃO

Na cidade de São Paulo, a mais rica e uma das mais desiguais da federação, o direito à educação não está sendo garantido durante a pandemia de Covid-19. Ao invés de habilitar a rede municipal de educação, tomando decisões junto com as educadoras e as famílias, a gestão Bruno Covas decidiu dar ouvido a institutos, fundações e consultorias empresariais. O resultado é o colapso do aprendizado e da proteção de nossas crianças.

Em consonância com as recomendações sanitárias, defendemos escolas públicas de qualidade abertas para todas e todos, mas desde que o retorno às aulas presenciais seja seguro para toda a comunidade escolar - ou seja, profissionais da educação, estudantes, familiares etc. Nesse momento, inclusive, Bruno Covas deveria ter declarado o lockdown, como recentemente fez a prefeitura de Araraquara. Medida que deveria ser acompanhada de auxílio emergencial digno e investimentos para controlar a pandemia. Na cidade mais rica do país a escolha é de “fazer caixa”, com cerca de R\$ 5,22 bi “economizados”, que poderiam ser investidos para viabilizar a saúde e proteção de toda a população, conforme levantamento feito pela Câmara Municipal.

A pandemia aprofundou as desigualdades educacionais existentes na capital paulista. Presenciamos a falta de segurança alimentar dos estudantes e suas famílias, a exclusão digital e os problemas em lidar com atividades remotas, que resulta no colapso do aprendizado. Ainda, importa ressaltar a adoção de soluções tecnológicas no contexto educacional da pandemia que reforçam o capitalismo de vigilância, o controle de profissionais da educação e a presença de monopólios da tecnologia. A Secretaria Municipal de Educação desmonta os espaços coletivos das escolas e utiliza a plataforma Google Sala de aula para controlar e fiscalizar o trabalho das docentes.

Ao mesmo tempo em que Bruno Covas cede ao irresponsável movimento Escolas Abertas, colocando em risco a vida de membros das comunidades escolares, pessoas que nunca pisaram em uma escola pública promovem um desmonte da educação municipal, fazendo uso oportunista do drama causado pela pandemia para desconstruir a atual rede pública.

Em outras palavras, devido à necessidade de distanciamento social, tentam substituir definitiva e oportunisticamente escolas pelo *homeschooling*, fazendo da educação a distância uma modalidade perene do ensino. Também querem inviabilizar a valorização dos profissionais da educação. Fazem um discurso de emergência para

aprofundar a política de compra de vagas na educação infantil e avançam na precarização por meio da contratação temporária de profissionais que poderiam ser chamados pelos concursos.

Este gabinete paralelo e popular compreende que os prejuízos causados pela pandemia serão resolvidos por meio da gestão democrática da rede pública municipal, em parceria com as famílias. A virada da educação deve ser protagonizada pelas educadoras e pelos educadores do município. Ao mesmo tempo, diante do fato de que o acesso à Internet se comprovou essencial para a cidadania, com base em um projeto pedagógico construído pelos profissionais da educação, todas as estudantes e todos os estudantes devem ter acesso a uma unidade computacional com acesso à Internet de banda larga. É fundamental enfrentar a exclusão e desigualdades aprofundadas na pandemia. Defendemos que o cartão merenda, com um valor mais alto, seja, de fato, para o conjunto dos estudantes da rede municipal. Assim como defendemos que nenhum profissional e trabalhador da prefeitura de São Paulo tenha salários reduzidos ou perca seu emprego.

Aprendizagens se recuperam, vidas não! Em 2021, no pior momento da pandemia, com recordes no número de contaminações, internações e mortes, as escolas municipais retomaram o ensino presencial sem segurança sanitária. O descontrole e agravamento da pandemia deveriam ter impedido essa ação irresponsável. Somado a esse quadro, há a constatação que os principais problemas na rede municipal de educação não foram resolvidos: recomposição de trabalhadoras da limpeza, quadro de apoio, docente e gestores nas unidades; ausência de medidas de adequação dos prédios escolares, sobretudo para melhorar a ventilação. As escolas de 2021 seguem com as mesmas questões conhecidas e não enfrentadas pela prefeitura de São Paulo.

Além das questões estruturais da rede, ainda seguimos com a realidade da exclusão digital. O anúncio da compra de tablets com chips foi feito durante a campanha eleitoral. Até o presente momento esses tablets não chegaram às mãos dos estudantes. Houve a entrega de tablets nas escolas, em número menor aos estudantes matriculados. Esses equipamentos precisam de configuração específica, demandando a realização desse procedimento mediante visita de técnico da empresa. Os chips não chegaram na quantidade adequada e as escolas seguem sem informação. Além disso, há uma Auditoria do TCMSP que constatou um grande atraso nesse cronograma, além de problemas

relacionados a aparelhos entregues com defeito, falta de orientação para o uso dessa ferramenta e possíveis irregularidades na sua configuração.

Não há retorno seguro às aulas presenciais sem queda dos casos que hoje tem o número elevadíssimo de infectados e mortos na cidade e no país. De acordo com a APEOESP até o dia 23/03/2021, temos 2314 casos confirmados e morte de 51 pessoas, entre professores, funcionários e alunos, além disso, temos 24.345 casos suspeitos na rede estadual. Já as escolas municipais da cidade de São Paulo tiveram três mortes por covid-19 e 569 casos confirmados entre alunos e profissionais em 256 unidades de ensino, segundo levantamento dos cinco sindicatos que organizam os trabalhadores da educação municipal até o último dia 05/03/21, para piorar a crise, os dados são desatualizados, porque nem a Prefeitura e nem o Estado os atualizam.

Frente a irresponsabilidade do governo municipal em retomar as aulas presenciais sem segurança, no pior momento da pandemia, a rede municipal de educação, por meio de suas entidades sindicais, deflagrou a greve em defesa da vida, no dia 10/02. Uma greve que protegeu e segue protegendo muitas vidas de profissionais da educação e comunidade escolar. O governo municipal busca desqualificar o movimento grevista e o conjunto de pautas, inclusive atacando o direito de greve da categoria com o corte de ponto de diversas educadoras em greve. A greve segue firme, buscando viabilizar o trabalho remoto emergencial para toda a categoria, tablets para estudantes, testagem e segurança alimentar.

No dia em que o Brasil atinge a marca de mais de 300 mil mortos, e o Estado de São Paulo chega a mais de 1000 mortos por dia, João Doria anuncia a vacinação para apenas parte dos profissionais da educação (acima de 47 anos) a partir de 12 de abril. A vacinação do quadro da educação é uma vitória da luta dos educadores, mas ainda é apenas o início para podermos ter uma volta segura. Esse anúncio de Doria contém uma tentativa mais uma vez forçar um retorno precoce às aulas no momento mais grave da pandemia. É fundamental a existência de testagem, controle dos casos e proteção de toda a comunidade escolar. Ações coordenadas e articuladas em toda cidade para a contenção do avanço do contágio. Constatou-se que 64% das contaminações em São Paulo são da nova variante brasileira, presente em todas as regiões da cidade, conforme dados da Secretaria municipal de saúde apresentada na coletiva de imprensa do dia 26/3. Além da situação não controlada da pandemia, com risco elevado de contágio, inclusive por crianças assintomáticas, como demonstrado no inquérito sorológico realizado na cidade,

temos, nas escolas, questões estruturais graves que inviabilizam o cumprimento de qualquer protocolo. O poder público deve assegurar a segurança a trabalhadores e população e não jogar essa responsabilidade para as famílias e profissionais.

Assim, se antes da pandemia as escolas já apresentavam inúmeras dificuldades no atendimento, atualmente as questões de manutenção e de falta de profissionais são gritantes. É urgente investir na chamada dos concursados, na ampliação de profissionais nas unidades e na manutenção das unidades.

PROPOSTAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Enquanto a pandemia não estiver controlada o Gabinete Paralelo defende 10 medidas:

- a. **Suspensão do retorno presencial**; permitir o retorno às aulas presenciais somente quando for seguro segundo os indicadores e recomendações da Fiocruz mais recentes;
- b. Monitorar a situação de vulnerabilidade (social/mental) dos membros das comunidades escolares;
- c. Acesso à internet a todos os educandos e profissionais da rede municipal de ensino, para manutenção do contato e vínculo com as escolas, bem como para garantir o aprendizado enquanto for necessária a educação a distância;
- d. Distribuição de Tablets aos educandos em número suficiente;
- e. Ampliação do programa de merenda para todos os educandos da rede durante a pandemia;
- f. Ampliação do número de profissionais nas unidades de educação por meio da chamada de aprovados em concursos públicos;
- g. Garantia de salário e emprego a profissionais da rede pública e trabalhadores terceirizados;
- h. Vacina para todos;
- i. Auxílio emergencial federal e renda emergencial municipal;
- j. Revogação dos cortes de ponto dos trabalhadores em greve.

Este Gabinete Paralelo também sistematizou sugestões mais gerais de enfrentamento da pandemia, levantadas junto a representantes de profissionais da rede

pública municipal. Além do que já foi asseverado anteriormente, estes servidores públicos consideram urgente:

1. Estabelecer um pacto nacional para enfrentamento da pandemia;
2. Medidas mais rigorosas de restrição da circulação e das atividades não essenciais;
3. Campanhas de comunicação para "reforçar a importância da vacinação";
4. Campanha pelo uso de máscaras e distribuição de máscaras PFF2 a todos os profissionais que prestam serviço ao município;
5. Acelerar a vacinação, mudar a legislação para comprar todas as vacinas possíveis;
6. Criar mais leitos clínicos e de UTI;
7. Testagem, rastreamento de casos e investigação de genomas; busca ativa de casos suspeitos, isolamento e quarentena;
8. Pesquisa sobre novas variantes do vírus;
9. Proibição de eventos presenciais como shows, congressos, atividades religiosas, esportivas e correlatas;
10. Suspensão das atividades presenciais na educação enquanto não for seguro o retorno;
11. Toque de recolher nacional das 20h às 6h e durante os finais de semana enquanto for necessário;
12. Fechamento de praias e bares;
13. Trabalho remoto sempre que possível na iniciativa privada e no setor público;
14. Barreiras sanitárias em aeroportos, considerado o fechamento dos aeroportos e do transporte interestadual quando for preciso, e
15. Medidas para reduzir a superlotação em transportes urbanos.

PROPOSTAS PARA DEPOIS DA PANDEMIA

Por fim, este Gabinete já sugere algumas medidas para o pós-pandemia:

Efetuar a renovação do patrimônio escolar - criar uma escola moderna e atrativa - Século XXI, para desenvolver durante 2021 - 2022.

1. Realizar um inventário do patrimônio escolar municipal, estadual e federal:
 - a) realizar análise de cada prédio e de cada regional;

- b) criar critérios para a educação do século XXI, durante/pós pandemia, considerando espaços internos e externos, e,
 - c) equipamentos atrativos, que respeitem os protocolos do município de São Paulo, aprovados pelo Conselho Municipal de Educação e conselhos de escolares e que provoquem interações seguras e com liberdade de cuidar de si, do outro e do ambiente; para a maioria das crianças desde bebês, dos estudantes, suas famílias e seus/suas educadores/as.
2. Articular e mobilizar as agências financeiras existentes:
- d) a) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
 - e) b) Deve-se verificar onde está o financiamento das modalidades chamadas “ações agregadas”, que incluem o conjunto de verbas direcionadas para a infraestrutura das escolas.
3. Mapear as experiências da Rede Municipal de Ensino na perspectiva da Educação Integral, as Bases Legais e os Princípios e Diretrizes Pedagógicas da Educação Integral em Tempo Integral, a ressignificação do Currículo na perspectiva da Educação Integral e as diversas possibilidades de ações intersetoriais no município de São Paulo, considerando o conceito de cidade educadora e os princípios de direito à cidade previstos no Plano Municipal de Educação e no Programa PSOL (2020).

Gabinete Paralelo

Guilherme Boulos

Coordenação

Camila de Caso

Marina Mattar

Marco Antônio Rocha

Equipe Técnica

Ana Mello

Daniel Cara

Fernanda Lamesa

João Zafalao

Laura Cymbalista

Lisete Arelaro

Paula Mangolin